



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

101

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0292246-5

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
EMBARGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES SIMÕES
DEFENSOR PÚBLICO : CRISTINA SAKAKI
RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRATAMENTO DE SAÚDE. HOME CARE. SASSEPE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. EMBARGOS PROVIDOS COM EFEITOS MERAMENTE INTEGRATIVOS. SEM EFEITO INFRINGENTE. DECISÃO UNÂNIME.

I - Dedicam-se os embargos de declaração a suprir eventual imperfeição do julgado, consistente em contradição, omissão ou obscuridade, de modo a permitir sua melhor inteligência ou interpretação.

II - No caso em análise, trata-se de situação jurídica baseada na relação que a autora mantém com o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE. Sendo assim, cumpre ao Estado, através desse sistema, o fornecimento do tratamento requestado.

III - Apesar da possibilidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco excluir algumas despesas da área de cobertura dos serviços por ela ofertados, na hipótese dos autos verifica-se o confronto do interesse econômico do agravante com os interesses superiores da autora/agravada, quais sejam o direito à vida e à saúde.

IV - Embargos Declaratórios parcialmente providos para integrar o julgado com a explicitação aqui registrada, sem qualquer efeito infringente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Agravo no Agravo de Instrumento em que figuram como Embargante o INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE e como Embargada MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES SIMÕES, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhes provimento parcial, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 1º de JULHO, 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0292246-5

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE

PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ

EMBARGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES SIMÕES

DEFENSOR PÚBLICO : CRISTINA SAKAKI

RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

Vistos etc.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco contra o Acórdão de fl. 76, emergente do julgamento do recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0292246-5, que, por unanimidade, negou provimento ao recurso do ora embargante. O referido acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS. SASSEPE. HOME CARE. CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. NÃO VIOLA PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. SÚMULA 18 TJPE.

1. O pleito de fornecimento de assistência médica pelo ente estatal é lícito, desde que reste comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se precedente contrário à garantia constitucional insculpida no art. 196 da CRFB/88.

2. Merece destaque a importante missão do Judiciário em realizar a implementação da efetividade das normas constitucionais, não podendo este Poder ficar apático diante da inconstitucional omissão estatal em não conferir concretização aos preceitos constitucionais, de modo que, no caso em tela, é imperiosa a ingerência do Poder Judiciário, para resguardar o direito público subjetivo à saúde previsto na Constituição Cidadã de 1988.

3. Enunciado 18 da Súmula do TJPE: É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

4. Ainda que a Lei Complementar Estadual n. 30/01 estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, assim como que a cobertura permitida para os programas de assistência à do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, o demandado é obrigado a fornecer o medicamento/tratamento disputado.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

5. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.

Argumenta o Embargante que o acórdão seria contraditório ao afirmar que a decisão está fundamentada no dever constitucional do Estado de fornecer o tratamento de saúde aos cidadãos, fazendo-se menção, inclusive, ao art. 196 da CF88 e à súmula 18 deste e. Tribunal de Justiça. Entretanto, a parte demandada é o IRH-PE, autarquia gestora do SASSEPE, e não o Estado de Pernambuco.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 1^o. JULHO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

104

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0292246-5

EMBARGANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH - SASSEPE

PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ

EMBARGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES SIMÕES

DEFENSOR PÚBLICO : CRISTINA SAKAKI

RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Aduzindo a tese da existência de contradição no Acórdão de fl. 76, proferido no julgamento do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0292246-5, o Estado de Pernambuco opôs os presentes embargos com a especial finalidade de eliminar a contradição indicada, sob pena de afronta ao art. 535 e seguintes do CPC.

Dedicam-se os embargos de declaração a suprir eventual imperfeição do julgado, consistente em contradição, omissão ou obscuridade, de modo a permitir sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso, tenho que a inteligência desenvolvida no voto condutor merece melhor explicitação.

O voto condutor do acórdão embargado aludiu a obrigatoriedade do Estado-membro de fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, tratamento de saúde, ainda que não previsto em lista oficial.

Reconheço, por isso, a necessidade de explicitar a fundamentação adotada pelo acórdão, para manter, no principal, o dispositivo da sentença, concernente ao fornecimento de tratamento médico à autora/embargada.

No caso em análise, trata-se de situação jurídica baseada na relação que a autora mantém com o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE. Sendo assim, cumpre ao Estado, através desse sistema, o fornecimento do tratamento requestado.

Ademais, a autora/embargada contribui mensalmente para a manutenção do SASSEPE, com o escopo de obter a contraprestação necessária e suficiente, no momento em que necessita.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

105
2

Apesar da possibilidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco excluir algumas despesas da área de cobertura dos serviços por ela ofertados, na hipótese dos autos verifica-se o confronto do interesse econômico do agravante com os interesses superiores da autora/agravada, quais sejam o direito à vida e à saúde.

A propósito, a matéria posta à apreciação não é nova no âmbito do Judiciário. O entendimento deste e. Tribunal de Justiça está assim assentado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SAÚDE. ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO. DECISÃO TERMINATIVA. TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SASSEPE. LUCENTIS. PRESCRIÇÃO MÉDICA. POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO.1. É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de medicamento ou tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.2. Ainda que o fundamento da relação jurídica seja o vínculo que os autores/agravantes mantém com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores, o fornecimento do medicamento/tratamento pleiteado.3. Mesmo nos casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de medicamento/tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que a beneficiária contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.4. É entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.5. Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte agravante não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte agravada.[...]9. Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. (96354020128170000 PE 0015184-31.2012.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 20/12/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 02)

DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. NEGATIVA DE CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO PELO SASSEPE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. ART. 196 DA CF/88. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.196CF/881.Conquanto se reconheça que o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, no intuito de manter a higidez de suas finanças, detém liberdade para afastar do âmbito de sua



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

106
W

cobertura algumas espécies de despesas, faz-se mister verificar que, na presente hipótese, em confronto com os interesses econômicos do agravante, estão interesses superiores do agravado, quais sejam, seu direito à saúde e à vida. 2. Logo, o fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de garantir a todos os cidadãos, mormente os mais carentes, o direito constitucionalmente assegurado à manutenção da saúde (art. 196), consequência indissociável do direito à vida, justifica a imposição ao ente público da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, conforme orientação jurisprudencial uníssona do STJ. 3. Outrossim, registre-se que não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade. 4. Recurso de Agravo improvido sem discrepância de votos. (59182020128170000 PE 0007164-51.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 03/05/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 86/2012)

Ante o exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao presente Recurso de Embargos de Declaração para integrar o julgado com a explicitação aqui registrada, sem qualquer efeito infringente.

É como VOTO.

Recife, 1º de JULHO de 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator